

RESENHAS

RESENHA

POR OUTRAS HISTÓRIAS DE PALMARES

Carlos Francisco da Silva Júnior¹

Flávio dos Santos Gomes (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes* (séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. 460 p. ISBN 978-85-7577-641-4.

Palmares é um tema que nunca sai de moda na historiografia da escravidão. No decorrer dos anos, têm emergido novas perspectivas sobre uma das maiores comunidades de escravos fugidos das Américas. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes* segue essa linha. Organizado por Flávio Gomes, um dos maiores especialistas em quilombos no Brasil, o livro reúne historiadores e arqueólogos nacionais e internacionais que, sob diferentes ângulos, demonstram a pluralidade de temas que cercam Palmares e os caminhos de pesquisas a seguir.

O pontapé inicial do livro é dado pela historiadora americana Alida Metcalf, que faz uma comparação entre a Santidade de Jaguaripe, movimento milenarista protagonizado por indígenas, mas com a participação de africanos escravizados, e os mocambos de Palmares. Segundo a autora, a condição de escravidão era um terreno fértil para o surgimento de movimentos milenaristas, que buscavam uma mudança nas condições desse mundo, substituindo-o por uma nova era de paz e prosperidade. “A Santidade de Jaguaripe juntou índios e africanos, escravos e cativos numa comunidade que criou uma nova religião, capaz de valorizá-los num mundo que não o fazia” (p. 28). Diante disso, Alida Metcalf levanta uma alternativa curiosa: não poderia ter sido assim em Palmares nos seus primórdios? A historiografia da escravidão raramente explorou o protesto escravo sob essa chave interpretativa; entretanto, Metcalf demonstra que, em algumas fontes, o nome “santidade” foi usado para se referir a comunidades de escravos fugidos. Embora existam poucos indícios que confirmem essa hipótese, a autora mostra que esse tipo de resistência milenarista pode

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: carlos.ufba@gmail.com

ser encontrada na África Centro-Occidental – que forneceu uma parcela importante dos africanos escravizados que fugiram para Palmares. Ademais, em outras partes da diáspora, rebeliões escravas possuíam traços milenaristas. Esse é um aspecto que os historiadores da escravidão devem prestar mais atenção.

As narrativas sobre Palmares nas fontes holandesas é o objeto do artigo de Rômulo Nascimento. Apesar dos 24 anos de domínio holandês sobre Pernambuco, as fontes sobre Palmares são escassas, razão pela qual o autor tenta “cercar” a questão. Entre 1630 e 1654, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) dominou vários pontos do Nordeste. Em Pernambuco, os batavos encontraram resistência inicial dos proprietários dos engenhos locais, resultando na desagregação da economia açucareira na região e na fuga de grande número de negros. Conhecidos na documentação neerlandesa como *boschnegers* ou *bosnegers*, os “negros da mata”, atormentavam os habitantes do interior, mas também causaram incômodo à administração holandesa no Recife, que realizou algumas campanhas para capturá-los, porém sem êxito. Por volta de 1638, a ameaça dos “negros da mata” já era visível para a administração holandesa. Embora o autor não possa assegurar que os *boschnegers* eram palmaristas, eles sem dúvida preocuparam as autoridades batavas. “Os *boschnegers* estavam pulverizados nas matas, como uma espécie de nódoa na boa administração do príncipe humanista” (p. 46).

John Thornton, por sua vez, introduz um olhar africanista sobre Palmares. Conhecido especialista em história da África Centro-Occidental, Thornton examina a “onda angolana” que atingiu a América portuguesa no século XVII. Resultado de conflitos entre portugueses e reinos africanos, da ação de grupos imbangalas e das guerras civis no reino do Congo, esses africanos alcançaram Pernambuco, representando “uma esmagadora porcentagem da nova população africana em Pernambuco” (p. 48). Ainda de acordo com o autor, o controle pernambucano sobre Angola após a restauração de Luanda aos holandeses serviu para acentuar a presença angolana na capitania. Talvez com algum exagero, Thornton afirma que “é provável que Pernambuco fosse a mais angolana de todas as capitanias brasileiras e que Palmares continuasse a ser abastecida por pessoas nascidas em Angola” (p. 51). O autor, todavia, não levou em conta os vínculos que se estabeleceram entre Rio de Janeiro e Angola,

ou mesmo o papel da Bahia, a principal zona açucareira do Brasil, que recebeu grande número de africanos centro ocidentais nos séculos XVII e XVIII.

John Thornton polemiza quando o assunto é a presença de indígenas em Palmares. Embora os estudos arqueológicos confirmem que entre os moradores de Palmares estavam indígenas, para Thornton, “o trabalho arqueológico é profundamente ambíguo”, questionando ainda se os artefatos indígenas encontrados nas ruínas realmente vinham do período em que os mocambos de Palmares estavam ativos. O autor analisa o processo de cristianização no reino do Congo para explicar a Igreja cristã encontrada em Palmares. Embora não se deva descartar essa abordagem, os palmaristas podem ter construído essa igreja por outras razões e sentidos que escapam aos pesquisadores. Em nova polêmica, Thornton discorda do modelo de organização social imbangala de Palmares, como sugere Stuart Schwartz, pois raramente o termo *kilombo* – o campo de guerra dos jagas – era utilizado para designar Palmares. Para o autor, “parece mais provável que um modelo construído a partir dos estados da África Central (Congo, Ndongo e Matamba), ou de entidades políticas menores pertencentes às regiões localizadas entre esses territórios mais abrangentes, teria funcionado melhor” (p. 55). Ao mesmo tempo, a organização militar africana teve um profundo impacto sobre Palmares. Embora Thornton não duvide da recriação de certos aspectos culturais e simbólicos africanos em Palmares, como pretendem alguns historiadores, “[Palmares] provavelmente originou-se de necessidades militares” (p. 57), governando posteriormente outros aspectos da vida social dos palmaristas.

Já Luiz Felipe de Alencastro coloca Palmares nos quadros do Atlântico Sul. Embora sempre seja sublinhada sua dimensão africana, “tem sido menos observado que havia gente conhecedora das coisas e das guerras na África do outro lado na paliçada, nas tropas lançadas contra Palmares. Em outras palavras, a experiência africana não era exclusiva dos palmaristas: ela também influenciava milicianos antipalmaristas” (p. 61). Homens experimentados nas lutas contra os indígenas no sertão – as chamadas “guerras dos bárbaros” – foram convocados para constituir o *front* antipalmarista. Do outro lado do Atlântico, tropas portuguesas e brasílicas alcançaram a África Centro Ocidental, auxiliando nos conflitos locais e mais tarde serviram nas escaramuças contra Palmares. Para o autor, “a grande maioria desses militares e milicianos retornou ao Brasil com práticas e conhecimentos

militares que eventualmente serviram nos ataques aos quilombos e aos índios” (p. 71), dando alguns exemplos de homens que participaram dos conflitos nas duas margens do Atlântico Sul.

Alguns homens pleitearam mercês pela luta contra os palmaristas, como versado no poema do “soldado Zebedeu”, que combateu no combate final a Palmares, em 1694. Zebedeu, na verdade, representa um grupo de soldados pobres, preteridos na distribuição de prêmios depois da guerra de Palmares. Os paulistas também reivindicavam os despojos da derrota de Palmares. Domingos Jorge Velho, conhecido preador de índios, por exemplo, pleiteava as terras vacantes anteriormente ocupadas pelos quilombolas. Argumentava que na capitania de São Paulo não havia mais “terras”, referindo-se à distância das praças marítimas, espaço econômico. “Para realizar o valor das mercadorias produzidas por seus índios, os bandeirantes precisavam comerciar os mercadores das praças litorâneas” (p. 82). É provável que para seus moradores, Palmares representasse a “Angola Janga”, ou Angolinha, o que fornece a medida da África no imaginário quilombola. Além disso, o uso de palmeiras em Palmares – donde aliás deriva seu nome – pode ser relacionado com a produção do vinho de palma, na África Centro Ocidental. “Palmares pode ter significado a refundação da comunidade ancestral angolana – anterior ao cataclismo da deportação transatlântica –, organizada em torno de palmeirais que garantiam a moradia, o trabalho comunitário, o sustento cotidiano, a bebida, o poder e o gozo da liberdade” (p. 85). O autor conclui que, com o fim da guerra em Palmares, seu estatuto muda, ganhando destaque nas diversas narrativas sobre o conflito. A parte africana, porém, é cada vez mais suprimida, deixando de lado as fortes conexões que por séculos uniram Angola e Brasil.

Silvia Lara também explora a dimensão africana de Palmares, mas sob o ângulo político, demonstrando que os palmaristas tinham “fé, lei e rei”. Enquanto outros estudos ressaltaram os aspectos étnicos e culturais, a autora acentua a gramática política presente em Palmares. Ao analisar três narrativas sobre os mocambos de Palmares – uma crônica de 1678, a *História da América portuguesa*, publicada em 1724 por Sebastião da Rocha Pita, e a *Relação verdadeira da guerra que se fez aos negros levantados do Palmar*, escrita em 1694 ou 1714, recentemente descoberta e publicada por Maria Leda Oliveira –, a autora realiza uma crítica textual desses documentos, buscando as motivações e sentidos escondidos em sua

produção. Alguns aspectos sobressaem-se nessas narrativas. Em primeiro lugar, “Palmares aparece caracterizado como um estado bem organizado do ponto de vista militar e político, com juízes e magistrados, uma capela e imagens cristãs” (p. 106). Esse tipo de organização podia ser encontrado também na África Centro Ocidental. Em seguida, demonstra que Palmares tinha “fé, lei e rei”, a tríade pela qual os portugueses mediam o grau de “civilização” dos povos. Além disso, seu principal líder, Zumbi, é visto como um herói, como aparece na *Relação verdadeira*. Assim, Lara demonstra que Palmares foi apreendido de um ponto de vista político, como um Estado organizado, do mesmo modo que na África “as terras eram ocupadas por povos que tinham fé, lei e rei: com eles houve relações diplomáticas desde o início, e as negociações, tratados e acordos eram frequentes” (p. 111). Diante dessas narrativas, Silvia Lara afirma que “tal avaliação seiscentista sobre Palmares abre caminho para uma análise que pode oferecer novos elementos para compreender a história dos mocambos instalados na Serra da Barriga” (p. 112).

Em “os desafios da arqueologia de Palmares”, o antropólogo Scott Joseph Allen apresenta as principais características e dificuldades relacionadas ao estudo de Palmares, sobretudo a falta de políticas de preservação no sítio de Palmares e os vestígios materiais, que não permitem uma compreensão profunda sobre o cotidiano palmarista. Embora arqueólogos tenham buscado africanismos em Palmares, as evidências não confirmam tais tradições puramente africanas. É o caso das cerâmicas, cachimbos localizados na área, que podem ter forte influência indígena e mesmo da população branca. Para avançar no estudo sobre Palmares, Scott Allen sugere que novos sítios sejam explorados, próximos ao rio nas redondezas da Serra da Barriga, local importante para o estabelecimento de comunidades. Essa nova direção permitiria descobrir novos vestígios sobre Palmares.

As matas são o objeto de Marcus Carvalho e Anna Laura Teixeira França. Em “Palmares, a cabanada, a ‘gente das matas’”, os autores compararam as estratégias de palmaristas e cabanos, que usavam as matas para esconder-se das autoridades coloniais e imperiais, mas também para sobreviver, adaptando-se ao meio ambiente e suas transformações. As matas eram essenciais para os engenhos de Pernambuco no século XIX, época da Cabanada, mas também para os rebeldes cabanos, formados por homens livres pobres, escravos e índios que retiravam das matas o seu sustento. Essa variedade da “gente

das matas” no período da Cabanada leva os autores a refletir sobre a diversidade interna de Palmares, onde havia africanos, crioulos e índios. Todos esses grupos viviam nas matas, a mesma mata que testemunhou a luta de seus habitantes para manter sua autonomia diante da economia agro-exportadora, “engolidora de homens e árvores” (p. 146).

Em “A evocação do 20 de novembro: origens”, o poeta Oliveira Silveira (*in memoriam*) relata como o grupo Palmares, de Porto Alegre, teve papel fundamental na invocação do 20 de novembro, ainda no início da década de 1970. Esse foi um movimento de grande efervescência política e cultural, sobretudo no âmbito do movimento negro. A partir de um debate sobre a farsa da abolição, chegou-se à conclusão de que o 20 de novembro – data da morte de Zumbi, em 1695 – era mais apropriado para representar os anseios da população negra. Assim, o ato do Clube Náutico Marcílio Dias em 1971 selava a primeira evocação do Vinte de Novembro. Em data consolidou-se em 1978, quando foi proposto em Salvador o *Dia nacional da consciência negra* para o dia 20 de novembro.

Essa obra tem um efeito sobre os leitores: aponta novos caminhos de pesquisas sobre Palmares e os quilombos no Brasil. Para ajudar esses novos pesquisadores, o livro conta ainda com 189 fontes sobre Palmares reunidas em mais de 300 páginas. São em sua maioria correspondências oficiais, escritas pelos governadores gerais e das capitânicas, membros do Conselho Ultramarino e pedidos de mercês de particulares engajados no combate aos palmaristas. Infelizmente, não temos acesso às “vozes” dos habitantes de Palmares através das inúmeras cartas; entretanto, a preocupação das autoridades contida em muitas delas revela que os negros dos Palmares lutaram vigorosamente por sua autonomia, negociando ou lutando abertamente, adotando diferentes estratégias em busca da liberdade.

Vale destacar ainda o excelente trabalho editorial da 7Letras, que colocou no mercado um livro de qualidade, com boa diagramação e investindo na publicação dessas fontes, algo ainda raro no mercado brasileiro. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes* abre uma nova perspectiva sobre a comunidade de quilombos mais famosa do Brasil. Depois desse livro, os estudos sobre Palmares certamente não serão os mesmos.